



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 410, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.**

Susta, com base no inc. IV do art. 57 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, o parágrafo único do art. 14 do Decreto nº 18.623, de 24 de abril de 2014 – que dispõe sobre o processo administrativo de aprovação e licenciamento de edificações, obras, vistorias prediais, numeração e manutenção das edificações, uniformizando os procedimentos e edificando a sua dispensa e revoga os arts. 47 e 48 do Decreto nº 12.715, de 23 de março de 2000, e o Decreto nº 16.708, de 11 de julho de 2010 –, sustando a exceção à dispensa de processo administrativo em caso de intervenção em edificações.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

Faço saber, no uso das atribuições que a Lei me confere, que a Câmara Municipal, nos termos do art. 79 e do inc. III do art. 57 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, bem como da al. *m* do inc. II do art. 19 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992, e alterações posteriores, decreta e eu promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO**

**Art. 1º** Fica sustado, com base no inc. IV do art. 57 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, o parágrafo único do art. 14 do Decreto nº 18.623, de 24 de abril de 2014.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor em 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 24 DE AGOSTO DE 2015.**

**Ver. Mauro Pinheiro,  
Presidente.**

**Registre-se e publique-se:**

**Ver. Delegado Cleiton,  
1º Secretário.**